



ANAJURE – Associação Nacional de Juristas Evangélicos

www.anajure.org.br

“Em Defesa das Liberdades Cívicas Fundamentais”

**NOTA DE IMPRENSA sobre matéria do Estadão:
“Bolsonaro escolhe pastor para a Comissão de Ética”**

A Associação Nacional de Juristas Evangélicos – ANAJURE vem, através do presente expediente, subscrito por sua Assessoria de Imprensa, expor aos órgãos e entidades públicas e à sociedade brasileira o seu posicionamento referente à matéria publicada hoje (08/06) pelo portal de notícias “Estadão”, intitulada “Bolsonaro escolhe pastor para a Comissão de Ética”¹, que trata da nomeação do Dr. Milton Ribeiro para integrar a Comissão de Ética Pública da Presidência

Ao referir-se ao Dr. Milton Ribeiro simplesmente como “pastor” e “evangélico”, em tom notadamente preconceituoso, o Portal busca induzir nos leitores o entendimento de que a indicação do Dr. Ribeiro se baseia unicamente no fato de ser ele pastor evangélico, sendo essa a única qualificação funcional mencionada na matéria. Não que essa atividade tenha, em si, qualquer demérito, mas, por se tratar da indicação para uma função técnica e pública, é necessário mencionar as suas aptidões acadêmicas e experiência profissional, que indubitavelmente o qualificam para o exercício do cargo, mas que, em momento algum, foram mencionadas.

Assim, fazemos questão de esclarecer que o Dr. Ribeiro, dentre outras qualificações, é Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Advogado, Membro da Comissão de Ética e Compliance do Instituto Presbiteriano Mackenzie, foi reitor e atualmente é Membro do Conselho Deliberativo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, além de Membro do Conselho Deliberativo da Santa Casa de Santos.

¹ Estadão. Matéria disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-escolhe-pastor-para-a-comissao-de-etica,70002861469>

Cumprir enfatizar que a ANAJURE, em cumprimento de sua missão institucional, apoia medidas que venham a colaborar no combate a corrupção em nível governamental, e, assim, destacamos a importância do trabalho da Comissão de Ética Pública da Presidência, órgão colegiado responsável por investigar ministros e servidores do governo, considerando que, lamentavelmente, temos visto no Brasil um histórico de escândalos de corrupção, lavagem de dinheiro e outros crimes, praticados por membros da Administração Pública Federal.

Por fim, cumprir destacar que a ANAJURE tem defendido, ao longo de toda sua história, a liberdade de imprensa, como direito fundamental garantido na Constituição Federal, e garantidora de um Estado Democrático. Inobstante, temos combatido as chamadas *Fake News* e pugnamos pelo fim de reportagens preconceituosas contra o segmento evangélico.

Brasília, 08 de junho de 2019.

Assessoria de Imprensa da ANAJURE